



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/12/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 28

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 12/12/2016

ATA Nº 28

----- Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, que se encontra em representação do município numa reunião da AIRC. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2016 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Jantar de Natal 2016

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo que a Câmara Municipal, à semelhança do que é habitual todos os anos, vai realizar o seu Jantar de Natal, no dia 21 de dezembro. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

1.1.2 - "Pampilhosa da Serra Inspira Natal"

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo que no dia 17 de dezembro será inaugurado o evento "Pampilhosa da Serra Inspira Natal", que decorrerá até ao dia 20 de dezembro, na Vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- Neste mesmo âmbito, no dia 18 de dezembro, será transmitido em direto, a partir da Vila, o programa da TVI "Somos Portugal". -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - "Taxas de Servidão Agrícola a Partir de Estradas Nacionais e Regionais - Revogação do artº 63º da Lei nº 34/2015, de 27/04".

----- Foi presente um e-mail da Assembleia Municipal de Amares, a remeter uma Certidão de Deliberação daquele órgão deliberativo, de 25-11-2016 sobre a Moção "Taxas de Servidão Agrícola a Partir de Estradas Nacionais e Regionais - Revogação do artº 63º da Lei nº 34/2015, de 27/04", documento este, que foi endereçado às entidades que tutelam a criação e aplicação da referida Lei, no sentido de que a mesma venha a ser revogada. -----

----- Nesse âmbito, a Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade formular a seguinte Tomada de Posição sobre o assunto em apreço: -----

----- Considerando que, pela Lei nº 34/2015, de 27 de abril, a Assembleia da República deliberou a aplicação de taxas às serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas e a quaisquer estabelecimentos com acesso por estradas nacionais e regionais; --

----- Considerando que, a regulamentação da aplicação destas taxas foi feita pela Portaria nº 357/2015, de 14 de outubro e, deste então, está em aplicação; -----

----- Considerando que a medida preconizada revela-se absolutamente injusta porquanto as propriedades agrícolas e respetivos acessos já existiam antes da construção das estradas sobre os caminhos existentes; -----

----- Considerando ainda, que nunca se pagaram taxas e que muitas das expropriações dos terrenos para as estradas nunca foram pagas aos seus proprietários, revela-se uma injustiça a aplicação das referidas taxas; -----

----- Pelo exposto, considera-se que deverá solicitar-se a revogação da referida Lei, designadamente ao artº 63º, da Lei nº 34/2015, de 27 de abril e os artigos 3º, 4º e 5º da Portaria nº 357/2015, de 14 de outubro, dirigindo, ao Sr. Presidente da República, ao



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro das Obras Públicas, ao Sr. Ministro que tutela a Infraestruturas de Portugal, a presente Tomada de Posição ora aprovada. -----

----- Mais deliberou submeter o presente assunto à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 07 de dezembro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.762.871,50 € (um milhão setecentos e sessenta e dois mil oitocentos e setenta e um euros e cinquenta cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 251.079,95 € (duzentos e cinquenta e um mil e setenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos), num total de 2.024.938,17 € (dois milhões vinte e quatro mil novecentos e trinta e oito euros e dezassete cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - Relatório Final de Análise de Propostas para o Empréstimo Bancário a Médio e Longo Prazos, até 2.000.000,00 Euros, para o Financiamento de Investimentos, nos termos do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro.

----- Foi presente o Relatório Final de Análise de Propostas para o Empréstimo Bancário a Médio e Longo Prazos, no montante até 2.000.000,00 de Euros, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

----- Após leitura e análise do documento e tendo presente o referido Relatório elaborado pela Comissão de Análise, a proposta da Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresenta-se bastante onerosa e pouco vantajosa para o Município. -----

----- Nestes termos, foi posta à votação, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder à anulação do presente Concurso e revogar a correspondente deliberação datada de 10 de outubro de 2016. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SECRETARIA

- 4.1.1 - Agrupamento de Escolas Escalada, de Pampilhosa da Serra**
- Realização de "Corta Mato Escolar" - 16 dezembro
- Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente um e-mail do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra, a solicitar autorização para utilização da via pública para a realização de uma atividade "Corta Mato Escolar", que decorrerá no dia 16 de dezembro, entre as 9.00 e as 12.30, em Pampilhosa da Serra, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

----- Relativamente ao solicitado, foi presente uma informação do Serviço de Secretaria, a emitir parecer, tendo por base o a alínea c) do n.º 1 do art.º 8º e a alínea c) do n.º 3 do art.º 8º do regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, bem como a informar dos valores a isentar: -----

----- Cod. 1.9 - Licença para a Realização de Espetáculos ou Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e Demais Lugares - 35.32 €; -----

----- Cod. 2.2 - Emissão de Documentos Administrativos Alvarás - 11.06 €. -----

----- Total - 46.38 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

- 4.2.1 - Expansão / Ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias**
- Indemnização pela ocupação de uma parcela de terreno e pelo abate de árvores aí existentes.

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

----- *"Considerando a deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 08/11/2011, no respeitante à aquisição de terrenos destinados à expansão/ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias, foram identificados e posteriormente adquiridos os diversos terrenos destinados a esse fim.* -----

----- *Recentemente o Município procedeu à "mobilização" e corte de árvores implantadas nesses*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

terrenos, tendo por lapso, realizado esses mesmos trabalhos numa parcela de terreno que não havia adquirido. -----

----- Atendendo que o Município pretende ser um parceiro ativo e empenhado no processo de desenvolvimento económico do território e considerando a falta de espaços adequados para a localização de empresas, constitui desígnio desta Autarquia dar continuidade à ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias. -----

----- Com vista à regularização do lapso cometido, procedeu-se à identificação dos proprietários do terreno em causa e encetaram-se as negociações no sentido de se chegar ao estabelecimento de um valor justo, a suportar pela Autarquia, aquando da integração do domínio público, da parcela de terreno em causa, bem como da indemnização devida pelo abate das árvores aí existentes. -----

----- À semelhança das restantes aquisições efetuadas no mesmo local e para os mesmos fins, das negociações resultou o estabelecimento do valor de **1,50 €/m²**, a suportar pela Câmara Municipal, para o pagamento da indemnização pela integração do domínio público da parcela de terreno em causa, melhor identificada no levantamento topográfico anexo, que se destina direta e imediatamente à realização dos fins do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, **importa indemnizar no valor de 904,50 €** (novecentos e quatro euros e cinquenta cêntimos), a cabeça de casal da herança aberta por óbito de Manuel Antunes (NIF:708.757.383), a Sr^a Deolinda dos Santos, contribuinte fiscal nº 128.031.948, titular do B.I. nº 11271370, emitido em 25/07/2000, pelo SIC de Coimbra, residente no lugar de Aldeia Cimeira, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, representada por seu filho: Armando Santos Antunes, contribuinte fiscal nº 196.502.247, titular do Cartão de Cidadão nº 04105306 0 ZZ8, válido até: 29/09/2021, por não saber assinar; pela ocupação de uma parcela de terreno com 603,00 m², a qual faz parte do prédio rústico inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 32144. -----

----- Tendo em conta o abate de árvores já efetuado naquela parcela de terreno, **importa ainda indemnizar a Sr^a Deolinda dos Santos, na respetiva qualidade de cabeça de casal da herança supra referida, no valor de 1.095,50 €, conforme consta da Informação anexa, emitida em 24 de novembro de 2016, pelos Serviços Técnicos Florestais da Autarquia.** -----

----- Consultada a Divisão Financeira da Autarquia, verificou-se a existência de verba em orçamento para efetuar as referidas indemnizações." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Minuta do Contrato de Arrendamento da Fração C, II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 2016, em que foi adjudicado o arrendamento da Fração C, do II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, à Sociedade VESTAS (PORTUGAL) - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EÓLICA, LDª, vêm os Serviços Jurídicos da Autarquia, submeter à apreciação do Sr. Presidente e apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico, a minuta do competente contrato de arrendamento de acordo com o consignado no Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 25/10/2011, em anexo). -----

----- Tendo em conta que a minuta do referido contrato foi redigida de acordo com o disposto no documento, que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações daquele Pavilhão (aprovadas em 25/10/2011) e o disposto na Lei nº 31/2012 de 14 de agosto, na sua versão atualizada pela Lei nº 79/2014 de 19 de dezembro, que procede à revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro que procedeu à alteração da minuta do contrato, que não está em conformidade com o Documento das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do II Pavilhão, assim sugeriram os Serviços Jurídicos que da minuta do Contrato se consignasse a seguinte redação. -----

----- 1) Consignou-se então, no nº 1, da Cláusula Terceira e no ponto UM da Cláusula Sexta, da minuta do contrato em questão que o mesmo produziria efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, por forma, a que o período de pagamento da renda (1º dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito) coincidissem com a produção de efeitos do mesmo. -----

----- Quando no Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento, está consignado: *“até ao primeiro dia útil do mês anterior àquele a que respeitar.”* -----

----- 2) Também se consignou que, findo o prazo de arrendamento o mesmo se renova automaticamente por períodos de igual duração, mantendo-se o limite máximo de 20 anos (previsto no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão), se nenhuma das partes se opuser à renovação ou não ocorrer nenhuma causa que opere a extinção do arrendamento, atento o disposto no artigo 1054º do Código Civil. -----

----- Quando no documento das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações, na Cláusula Terceira, está consignado: *“o arrendamento dos espaços/frações, que terá o seu início na data da assinatura do correspondente contrato, é feito pelo período de 5 anos, renovável a requerimento do arrendatário, com a antecedência mínima de 6 meses relativamente ao prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo co Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de 1 ano, até ao limite máximo total de 20 anos”*. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no artigo 1110º do Código Civil, manteve-se o prazo de antecedência mínima de **60 dias, mas do termo pretendido do contrato, para ser denunciado o contrato de arrendamento em questão.**-----

----- À semelhança do que aconteceu nos anteriores contratos de arrendamento relativos às três frações do II Pavilhão, atenta também a **deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária de 31 de janeiro de 2012, em que foi acrescentado o ponto dois à Cláusula Sexta (pagamento da Renda), manteve-se a disposição relativa ao pagamento da renda em que na data da celebração do presente contrato serão pagos os meses de janeiro e fevereiro de 2017.**-----

----- A Câmara Municipal, após análise da minuta do Contrato de Arrendamento da Fração C, do II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou, conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara, para a competente assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS URBANISMO

5.1.1 - Regulamentos Municipais - Atualização de tabelas de taxas / ano civil de 2017

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos Urbanismo, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando que o artigo 71º, nº 1, do Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 43º, nº 1 do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e de Higiene e Limpeza Pública do Município de Pampilhosa da Serra, artigo 14º, nº 1, do Regulamento Municipal de Inspeção de Ascensores Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, do artigo 67º, nº 1 do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, artigo 41º, nº 1 do Regulamento Geral de Taxas Municipais, Regulamento do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, dispõem no sentido de as tabelas de preços de taxas e licenças neles constantes serem atualizadas anualmente em função do nº 1 do artigo 6º das Normas de Execução Orçamental para o ano civil de 2017 e do índice do consumidor, sem habitação, publicado pelo I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística, resulta do mesmo a aplicação da taxa de 0,6%. -----

----- Propõe-se assim que a respetiva atualização seja sujeita à apreciação em reunião da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Em face do exposto, anexa exemplar da tabela de taxas em vigor e previsão de valores para o ano civil de 2017. -----

----- Levo a presente situação à consideração de V.Ex^a. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----

J. Brito Dias
Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas